

DESAFIANDO A VISÃO HEGEMÔNICA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS

Antônio João Hocayen–da–Silva*

RESUMO: O presente estudo teve como propósito discutir as contribuições das Comunidades Tradicionais de Faxinais para a área de Estudos Organizacionais em Administração. Para tanto, assume–se, neste ensaio teórico, a necessidade de rompimento com o pensamento científico alinhado à perspectiva hegemônica do modelo de gestão dominante. Pensamento cujos pressupostos impõem limites às riquezas sociais e culturais, advindas da multiplicidade de saberes e práticas tradicionais singulares, recorrentes nos contextos dos fenômenos substantivos de comunidades, na medida em que defendem a generalização de ideias e pensamentos, direcionados à manutenção de sua lógica utilitarista. Diante das reflexões apresentadas, entende–se que as investigações acerca de Comunidades Tradicionais, rurais ou urbanas, características do campo de Estudos de Comunidades, representam fenômenos sociais possíveis e relevantes, para compor o rol de fenômenos sociais de análise a disposição de pesquisadores, críticos ou não, no campo de Estudos Organizacionais. Fenômeno que, em função das características constituintes, tendo a lógica substantiva como guia, torna–se foco de estudos interessados no rompimento do pensamento científico dominante, reflexo da lógica instituída pela Sociedade Moderna.

PALAVRAS–CHAVE: Administração; Estudos organizacionais; Formas não convencionais de organização e gestão.

CHALLENGING THE HEGEMONIC POINT OF VIEW IN ORGANIZATIONAL STUDIES: CONTRIBUTION TOWARDS FAXINAIS TRADITIONAL COMMUNITIES

ABSTRACT: The contribution of Faxinais Traditional Communities in Organizational Studies in Administration is provided. Current theoretical study requires the rupture from scientific thought aligned to the hegemonic perspective of the dominant administration model. Limits to social and cultural richness derived from the multiplicity of knowledge and traditional practices within the contexts of communities' phenomena defending the generalization of ideas and notions directed to the maintenance of the utilitarian logic. Investigation on rural and urban Traditional Communities, characteristics within Community Studies represent possible and relevant social phenomena to comprise a list of social phenomena in analysis available to critical or non–critical researchers within Organizational Studies. It is a phenomenon which, as a function of constituting characteristics, has substantive logic as a guide. It becomes the target of studies interested in the rupture from dominant scientific thought as a consequence of the logic of Modern Society.

KEYWORDS: Administration; Organizational studies; Non–conventional forms of organization and administration.

INTRODUÇÃO

Atribuir à sociedade a lógica racional instrumental como único elemento mediador das ações e relações dos indivíduos implica a determinação da inexistência de uma racionalidade substantiva (GUERREIRO RAMOS, 1989), tendo em vista que o comportamento social se constitui a partir de um padrão homogêneo, no qual o sujeito se enquadra sem possibilidade de reflexão crítica (SOUZA; LINS, 2006). Contexto este em que se destitui do sujeito a possibilidade de decidir, ancorado em princípios morais, acerca dos desdobramentos da vida, uma vez que; a mesma passa a ser determinada pela Sociedade de Mercado. De outro modo, ter–se–ia a manifestação

* Doutor em Administração – PMDA pela Universidade Positivo. Professor Assistente Nível A do curso de Administração na Universidade Estadual do Centro–Oeste (UNICENTRO), Brasil. E–mail: hocayen@yahoo.com.br

da racionalidade substantiva, que condiciona o sujeito à configuração de valores humanos. Sua manifestação apresenta-se distinta para cada contexto social, tendo em vista a multiplicidade de princípios éticos e morais vigentes na sociedade (SILVEIRA, 2008). Conforme Serva (1993) a perspectiva da racionalidade substantiva, enquanto movimento contrário à lógica utilitarista, promove o efetivo resgate da condição humana.

Considerando as discussões de Guerreiro Ramos (1989), é pertinente uma reflexão acerca das perspectivas de investigação nos Estudos Organizacionais no que se refere ao modelo de gestão hegemônico. Modelos cujos pressupostos são fruto de um período histórico moderno, caracterizado pela ascensão da Revolução Industrial e do modo capitalista de produção, não sendo capaz de compreender práticas organizacionais divergentes de uma lógica economicista. Como consequência, tem-se que os pressupostos ideológicos do mercado se ratificam a partir do arcabouço teórico correspondente à área de Estudos Organizacionais em Administração pelo fato de que “nenhuma outra área de conhecimento está mais diretamente relacionada ao entendimento das consequências do racionalismo moderno do que a Administração” (VIZEU, 2008, p. 164).

Desse modo, conforme assumido por Guerreiro Ramos (1989), a limitação central em relação ao arcabouço teórico da Teoria Organizacional vigente diz respeito; à inexistência de um posicionamento crítico acerca de sua abrangência, tendo em vista a multiplicidade de fatos e fenômenos sociais manifestos nos diferentes contextos organizacionais, limitadamente reconhecidos pelos princípios de uma Teoria Organizacional Instrumental. A ideologia totalizante de seus pressupostos anula as singularidades de cenários sociais diversos, alinhados a outra forma de organização, que não a imposta. Guerreiro Ramos (1989) complementa ainda, que embora ao longo de sua existência, tornara-se soberana, enquanto forma de compreensão do cotidiano das organizações, aponta-se que o atual arcabouço teórico disponível na área de Administração

“exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 1).

De outro modo, a racionalidade inerente à Sociedade de Mercado se torna totalitária na medida em que não aceita explicações e visões acerca dos fenômenos sociais, advindas de formas de conhecimento que não compactuem com os pressupostos metodológicos e epistemológicos do paradigma dominante. Nesse sentido, o senso comum passa a ser abafado pela ciência moderna e classificado como limitado na busca pela compreensão do mundo (SANTOS, 2001). Para a consolidação de seus propósitos utilitaristas, as instituições vigentes na Sociedade de Mercado necessitam, por assim dizer, não só de uma teoria que esteja incumbida de explicar a realidade organizacional e seus fenômenos. Mas, que também possa tornar possível a manutenção de uma ideologia economicista incontestável, uma vez que; “quanto mais a atividade humana é considerada administrativa, menos ela é uma expressão de realização pessoal” (CARVALHO; SOUZA, 2003, p. 7).

Considerando-se as particularidades de Formas Não Convencionais de Organização², investigá-las se torna um desafio, tendo em vista que as teorias disponíveis na área de Estudos Organizacionais se mantêm alinhadas ao contexto das organizações formais instrumentais, conforme enfatizado por Guerreiro Ramos (1989). Enquadrar práticas substantivas como modelo organizacional passível de investigação; proporcionaria limitações, uma vez que; “não apresentam um padrão fixo, não seguem e não se constituem em modelos a serem seguidos, não obedecem a técnicas de elaboração de estruturas, nem as sistemáticas de design organizacional que implicam a padronização científica” (SERVA, 1993, p. 42).

Configuram-se como fenômenos desconectados de princípios formais de estruturação,

² Formas Não Convencionais de Organização podem ser entendidas como agrupamentos humanos que expressam um modo de organização sociocultural, forma de condução das atividades e práticas de produção alinhadas a uma racionalidade substantiva, arraigada a princípios de solidariedade, reciprocidade, redistribuição, domesticidade e convivialidade, além de traços singulares que representem uma identidade cultural própria (HOCAYEN-DA-SILVA, 2015).

concebidos na dinâmica social do cotidiano dos indivíduos, condicionadas aos valores culturais do grupo, cujos “mecanismos de controle e supervisão são determinados por critérios que privilegiam a autonomia, a liberdade de expressão e ação e a adoção não demagógica da responsabilidade social” (VIZEU, 2009, p. 412). Manifestam a despreocupação com formalidade de processos como estrutura e planejamento, sendo seu desenvolvimento conduzido por ações coletivas (PACHECO, 2011).

Formas Não Convencionais de Organização estariam assim inseridas em um processo histórico de construção, condicionadas a elementos como a história, a cultura e aos valores do contexto social em que estão inseridas; aos membros que as compõem; bem como; aos propósitos para os quais foram constituídas. Fatores que continuamente transformam-se, implicando mudanças na essência de tais organizações, o que as torna distintas das organizações formais, padronizadas em termos de estruturação e atuação, guiadas por princípios ideológicos petrificados no modo capitalista de produção. Estudos acerca dos fenômenos organizacionais substantivos prezam pela multiplicidade teórica e metodológica, bem como pela liberdade de ação dos pesquisadores, haja vista que; o comportamento social dos atores envolvidos, em função da autonomia predominante, interage com fatores provenientes de pressupostos teóricos como solidariedade, reciprocidade, bem viver, convivialidade, economia de comunhão e sociologia da dádiva.

Justifica-se reconhecer que a efetividade dos pressupostos ideológicos de uma sociedade de mercado não se concretiza em todos os contextos e nem está ao alcance de todos. Ao reconhecerem-se as contradições decorrentes do embate entre organizações formais instrumentais e fenômenos organizacionais substantivos, como as Comunidades, assumem-se as limitações do arcabouço teórico vigente, como salientado por Guerreiro Ramos (1989), e tem-se como propósito, a partir do presente, refletir acerca das contribuições das Comunidades Tradicionais de Faxinais para a área de Estudos Organizacionais em Administração. Para

tanto, inicialmente discorre-se as considerações iniciais, em que são apresentados elementos gerais dos pressupostos teóricos dominantes nos Estudos Organizacionais, suas fragilidades e as possibilidades dos fenômenos organizacionais substantivos;. Em seguida, são apresentadas reflexões teóricas atreladas ao conceito de Comunidade, de Estudos de Comunidades em Sociologia e Antropologia e das possibilidades de (re)aproximação entre os Estudos Organizacionais e os Fenômenos Substantivos de Comunidades. Finalmente, as considerações finais e as referências.

2 COMUNIDADE: SIGNIFICADOS E CONTORNOS HISTÓRICOS

A complexidade intrínseca à conceituação de uma experiência social pode ser percebida nos estudos que se dedicaram à construção do conceito de Comunidade, que apresenta significativa multiplicidade de significados (WILLEMS, 1950). O termo Comunidade insere-se em um processo de reflexão em que, muitas vezes, a visão de mundo dos pesquisadores, bem como as características científicas das diferentes áreas do conhecimento, tornam-se determinantes na edificação do conjunto de categorias correspondentes à determinação do conceito (CAZENEUVE; AKOUN, 1982; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996; JOHNSON, 1997; BOUDON; BOURRICAUD, 2000; FERRATER MORA, 2000).

George A. Hillery publica em 1955 o estudo intitulado *Definitions of Community: Areas of Agreement*, no qual buscou identificar e analisar conceitos referentes ao termo Comunidade, que se faziam presentes no meio acadêmico (SJOBORG, 1987). Foram encontradas 94 definições, a mais antiga publicada em 1905. Duas categorias foram adotadas, as Comunidades Genéricas e as Comunidades Rurais. Na primeira categoria, Comunidades Genéricas, preocupou-se em delimitar dois subgrupos, Interação Social – dividida em *área geográfica*, presença de outras características comuns, que não a área geográfica,

sistema social, individualidade, totalidade das atitudes e processos – e Relacionamento Ecológico. A segunda categoria, Comunidades Rurais, possuiu apenas o subgrupo Interação Social, representada pela *área geográfica* (HILLERY, 1982).

A classificação anteriormente descrita foi utilizada pelo autor com o intuito de distinguir ideias e elementos mencionados pelos diferentes pesquisadores em suas respectivas definições (HILLERY, 1982). Assim, as reflexões de Hillery (1982) acerca dos conteúdos das definições analisadas indicam que, embora seja possível perceber que os autores concordem com o fato de que as pessoas vivem em comunidade, o significado conceitual do termo Comunidade, na área de Ciências Sociais e Humanas, apresenta-se multifacetado, sendo difícil estabelecer um consenso entre os diferentes autores quanto aos elementos e características que correspondem ao conceito de Comunidade (HILLERY, 1982; SJOBERG, 1987).

Com base em diferentes estudos em Sociologia, Johnson (1997) se preocupou em descrever categorias utilizadas na classificação de Comunidade. Delimitou: i) rural/urbana; e ii) tradicional/moderna. Rural caracterizada pelo predomínio de atividades agrícolas de subsistência, número reduzido de membros, dispersos aleatoriamente pelo território e perfil homogêneo. Por sua vez, a Urbana possui elevada densidade populacional, heterogenia de indivíduos, atrelados a uma diversidade de atividades, normalmente não agrícolas.

Johnson (1997) aponta que na Tradicional há predomínio de elementos culturais fortemente arraigados ao cotidiano social das pessoas, reflexo do processo coletivo de construção histórica, em que princípios, valores e crenças, bem como práticas e conhecimentos, além de princípios religiosos, são repassados de geração em geração, dando significado e consolidando a identidade da vida comunitária. A Moderna, dominada pela diversidade cultural, apresenta-se favorável às proposições do contexto externo, aderindo às técnicas e equipamentos, bem como às estruturas organizacionais de produção e

trabalho, com papéis claramente definidos em uma relação hierárquica.

Segundo Sjoberg (1987) alguns estudiosos alinham-se a fatores biológicos (como por exemplo, carga genética que determina a hereditariedade) e outros a fatores sócio-culturais para a construção do conceito de Comunidade. Existem aqueles que trabalham de forma articulada às duas dimensões, atribuindo ao conceito; elementos sócio-culturais e biológicos. Por fim, salienta que a dimensão território representa uma categoria comum a grande parte dos conceitos, por representar um elemento importante na definição dos limites de uma Comunidade.

Na concepção de Cazeneuve e Akoun (1982), os laços sociais representam elementos relevantes na compreensão do conceito de Comunidade, porém, não são explícitos. Estão atrelados a um passado em comum, do qual se evidenciam elementos como tradição, mito, costumes, crenças e valores. Observa-se o uso recorrente de termos como encontro, semelhantes, compartilhamento, segurança, proteção, apoio, intimidade, vínculos emocionais, relacionamentos, comprometimento moral e coesão social (MOCELLIM, 2011).

Na sociedade moderna o termo Comunidade tem sido destituído de seu significado, historicamente construído, uma vez que é, constantemente, apropriado por atores sociais diversos, como representantes públicos, que em diferentes contextos sociais; buscam legitimar propósitos individuais sobrepostos aos interesses coletivos (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Contudo, Honneth (2003) aponta para o renascimento do conceito de Comunidade, que pode ser traçado a partir de três bases teóricas distintas: a Filosofia Moral, a Sociologia e a Política.

Na Filosofia Moral, de acordo com Honneth (2003), Comunidade expressa um conjunto de valores compartilhados por indivíduos. A Sociologia alinha-se à ideia de que o conceito de Comunidade representa a possibilidade de fortalecimento de vínculos comunitários, levando indivíduos à formação de grupos baseados no convívio coletivo, fruto de formas de vidas antigas, ou de processos decorrentes das

transformações da sociedade moderna. Com relação à visão Política, o termo está atrelado ao princípio da democracia, enfatizando as diferentes formas de participação popular, em função de objetivos comuns (HONNETH, 2003). Assim, o significado distancia-se da realidade, tendo em vista que elementos como comunhão e compartilhamento, essenciais na construção do conceito de Comunidade, não se fazem presentes nos discursos ideológicos, atualmente promovidos.

2.1 REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE COMUNIDADE

Considerando-se as singularidades correspondentes às Comunidades, tem-se o predomínio de um comportamento coletivo-solidário entre os membros do grupo de modo que relações sociais se processam em torno das práticas de produção e de troca. Polanyi (2000) observa que, embora possa se manifestar, o interesse individual, marcado pelo propósito utilitarista, não representa um comportamento predominante no contexto de Comunidades. Percebe-se que os membros do grupo buscam, coletivamente, garantir que a coletividade tenha suas necessidades atendidas de forma igualitária. Preza-se pela manutenção dos laços sociais em virtude de reforçar princípios de solidariedade e generosidade, bem como; a prática da reciprocidade, contribuindo para a manutenção da vida em grupo.

Assim, embora em épocas distintas, alinhando-se à essência do pensamento de Ferdinand Tönnies e Max Weber, Polanyi (2000) estabelece que reciprocidade, redistribuição e domesticidade são fatores característicos das relações sociais forjadas no contexto de grupos caracterizados pelo predomínio de valores humanos, historicamente construídos e compartilhados pelos indivíduos. Valores que representam o cerne para a manutenção da ordem social em um sistema de vida comunitária, destituído de instituições ou estruturas formais, bem como de motivações econômicas.

Reciprocidade, primeiro fator apontado por Polanyi (2000), seria responsável pela manutenção de um ciclo virtuoso entre membros de uma Comunidade. Principalmente em agrupamentos humanos marcados por certo grau de parentesco. O reflexo da ação coletiva dos indivíduos seria o reconhecimento de que estes atuam de acordo com princípios compartilhados pelo grupo; desconsiderando-se a ideia de valor econômico e tempo de retorno, seus atos seriam retribuídos.

A redistribuição, segundo fator apontado por Polanyi (2000), tem como base a partilha e a doação do excedente da produção individual. Compartilhamento que, normalmente, envolve todos os membros da comunidade, mas que em alguns casos; pode estar direcionado a pequenos grupos, por questões de maior aproximação, ou pela colaboração mútua em atividades diárias de lavoura e criação de animais. Pode ser realizado no contexto da própria comunidade, em rituais religiosos e festivos, por meio de comemorações coletivas; bem como entre comunidades, com o envio de bens a outros grupos étnicos, fomentando a reciprocidade em limites externos ao próprio território da Comunidade, desde que sua harmonia seja mantida.

Polanyi (2000) enfatiza que os princípios de reciprocidade e de redistribuição não seriam encontrados, exclusivamente, nas práticas das sociedades primitivas ou tradicionais. Podem ser percebidos em relações comerciais de indivíduos inseridos em uma sociedade de mercado. Reforçando que sentido e significado da ação; se apresentam distintos, em função da lógica predominante, condicionada ao período histórico e ao contexto social investigado.

O terceiro fator apresentado por Polanyi (2000), como elemento decorrente das relações sociais instituídas no contexto das Comunidades, estaria ancorado nas atividades de subsistência, que distingue uma sociedade de mercado de uma sociedade com fortes elos comunitários, é o princípio da domesticidade. Este princípio reflete a atividade de produzir os recursos necessários para sua própria sobrevivência e a de seus familiares. Constitui-se

em uma prática que ao longo da história marcou a humanidade tendo em vista que a força de trabalho do indivíduo era aplicada em seu próprio benefício. Mesmo que com o uso de técnicas mecanizadas de agricultura, o resultado sempre foi direcionado ao consumo próprio.

Guerreiro Ramos (1989) destaca, com base nas discussões de Platão, Aristóteles e Santo Tomás, que a delimitação do meio, enquanto fronteira de ação para as relações sociais e comerciais, se constitui em um elemento essencial para a preservação da vida em Comunidade. Analogamente, Santos (2003, p. 137) enfatiza que “na aurora dos tempos históricos, o homem dependia diretamente do espaço circundante para a reprodução de sua vida”. A expansão dos limites geográficos distanciou o indivíduo de sua identidade, potencializando a sobreposição de princípios, valores e práticas culturais entre diferentes contextos.

Finalmente, Santos (2004) reforça que o território, ou seja, o meio, no contexto de um grupo social, deve ser entendido como a arena em que se processam relações comerciais de troca e relações sociais de parentesco, amizade e vizinhança, bem como as manifestações religiosas e espirituais dos indivíduos. O território representa o sentimento de pertencimento e de identidade entre os membros de um grupo, que tem na sinergia e coesão; o significado da vida comunitária coletiva.

Portanto, a despeito da perspectiva assumida na concepção conceitual acerca do termo Comunidade, percebe-se o alinhamento em torno de dimensões como a manifestação de atributos tradicionais, tangíveis e intangíveis, que limitam a manifestação de ações sociais guiadas por interesses econômicos, sobrepujando a hegemonia de fatores que correspondem a uma ação coletiva de solidariedade e compartilhamento social.

3 ESTUDOS DE COMUNIDADES: A TRADIÇÃO NAS RAÍZES DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Historicamente, nas áreas de Sociologia e Antropologia, entre os anos de 1930 e 1950, Estudos de Comunidades, no Brasil, experimentaram um expressivo crescimento no número de trabalhos publicados e de pesquisas iniciadas. Conduzidos tanto por pesquisadores brasileiros, como por pesquisadores estrangeiros, estes estudos tiveram como foco central a compreensão da realidade brasileira, envolvendo diferentes contextos sociais (WAGLEY, 1954; NOGUEIRA, 1955). Estudos com propósito de compreender a realidade de diferentes agrupamentos humanos, delimitando as principais fragilidades enfrentadas, para em seguida propor medidas de melhoria das condições de vida das pessoas.

A popularização desse enfoque de estudo, na sua origem, foi fortemente influenciada pelas investigações acerca da dinâmica social dos povos primitivos (ARENSBERG; KIMBALL, 1973), que de certa forma ainda mantinham bases sólidas de uma cultura e identidade tradicional, apresentando leves sinais de invasão, pelas ações desenvolvimentistas. Nesse sentido, como apontam Oliveira e Maio (2011), pesquisadores e financiadores defendiam a intervenção racional de comunidades, determinando o progresso como solução para as contradições encontradas.

Nogueira (1955) destaca que Emílio Willems, com a publicação intitulada *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*, 1947; Lucila Herrmann, com o texto *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos*, 1948; Donald Pierson, com o trabalho *Cruz das Almas, a Brazilian Village*, 1951; e Charles Wagley, com o livro *Amazon Town, a Study of Man in the Tropics*, 1953, tornaram-se precursores desse método de investigação da área de Ciências Sociais e Humanas, que a partir de 1950 ganhou força no país, conhecido como Estudos de Comunidades (ARENSBERG; KIMBALL, 1973).

Embora haja unanimidade no reconhecimento da relevância teórica e prática de estudos relacionados

às comunidades (WAGLEY, 1954; NOGUEIRA, 1955; IANNI, 1961; MOREIRA, 1963), o mesmo não ocorre no que diz respeito à conceituação do termo. A multiplicidade de conceitos representa a tendência de cada pesquisador em assumir uma posição teórica que compete à sua inclinação científica (HUTCHINSON, 1958), o que resulta por sua vez na multiplicidade de resultados conflitantes, embora muitas vezes complementares.

Arensberg e Kimball (1973) apontaram que, tanto a divergência entre os conceitos de Comunidade, como já discutido, quanto nos conceitos de Método de Estudos de Comunidades, é legítima. Os autores apoiaram-se no argumento de que os problemas adotados e os grupos sociais apresentam diferenças, impossibilitando comparações e generalizações. Defendiam que, com amadurecimento científico da área, divergências tendiam a ser sanadas. Como opção, tinha-se a estruturação de modelos analíticos, buscando uma convergência teórico-metodológica.

Ao analisar um conjunto de Estudos de Comunidades, realizados e em andamento, Nogueira (1955) apontou as contribuições teóricas e práticas que estes, na sua concepção, estariam promovendo. Teoricamente, destacou a possibilidade de compreensão do sistema social a partir de dados correspondentes à realidade investigada, a qual permite o afastamento da tendência de fazer uso de dados desconectados da realidade. Contribuições práticas estavam relacionadas ao levantamento de dados que permitiram compreender a realidade da população em diferentes contextos sociais. Dados que depois de analisados puderam se tornar informações relevantes para gestores públicos, bem como para a população em geral, com relação a conhecer as diferentes realidades que formam uma sociedade, a forma como esses fatores se integram historicamente, respeitando-se, porém, as singularidades dos diferentes grupos.

Embora comuns, os Estudos de Comunidades também foram marcados por algumas contradições. A principal discordância refere-se à delimitação do que seja uma Comunidade. Hutchinson (1958) aponta que o elemento central desse processo está relacionado à

dicotomia entre a categoria rural e a categoria urbana. Há autores que se dedicaram à investigação de comunidades distantes dos grandes centros urbanos. Outros desconsideraram a tendência de classificar como comunidade; somente aquelas localizadas no meio rural. Nas reflexões de Wagley (1954) e Nogueira (1955), o espaço, físico ou simbólico, em que estão inseridos os grupos sociais e se reproduzem as relações de convívio comunitário, representa elemento central na delimitação de uma comunidade. Destaca-se ainda a estabilidade defendida pelas características constituintes do conceito, que direcionam para compreensão de situações de equilíbrio e de compartilhamento (MOREIRA, 1963). Desordem e conflitos, comuns nas relações sociais, não representariam elementos na análise do sistema social.

Moreira (1963) observa ainda que o uso do conceito de relações comunitárias, como se apresenta na teoria, pode conduzir os pesquisadores a um equívoco nos Estudos de Comunidades, que é o de adotar as relações somente a partir de um contexto interno. Os grupos seriam assim tratados como comunidades fechadas e isoladas. Caminho que na concepção de Fernandes (1973, p. 160) “constitui um erro de perspectiva, que limita a capacidade de observação e deturpa o esforço de análise do investigador”. Analogamente, Reiss Jr. (1973), discutindo as falácias ou equívocos evidentes nos Estudos de Comunidades, estabelece que os fenômenos sociais, entendidos como comunidades, são sistemas abertos, em constante interação, com atores sociais externos à sua realidade.

Criticamente, Moreira (1963) aponta que a preocupação com a delimitação do foco de estudo; demonstra uma característica de busca da totalidade nos estudos em Ciências Sociais e Humanas. Nessa perspectiva metodológica, os pesquisadores têm como propósito; a investigação exhaustiva. Buscam delimitar categorias e dimensões de análise, capazes de permitir a replicação do estudo e, assim, a generalização de resultados para o todo. Nesse sentido, há uma tendência em traçar similitudes entre fenômenos sociais de diferentes contextos e culturas de modo

que possam ser generalizáveis. A tendência, na área de Ciências Sociais e Humanas, em certa medida, se deve aos fatores tempo e custo.

Desse modo, analisando os Estudos de Comunidades no Brasil até 1950, Nogueira (1955) observou que, embora as pesquisas tenham sido realizadas em grupos distintos, três tendências foram constatadas, indicando convergência no pensamento científico: “ênfase aos aspectos locais e atuais, numa exageração do grau de isolamento da comunidade; ênfase ao desenvolvimento histórico, com a consideração simultânea das condições atuais; e estudar a vida social da comunidade e condições ecológicas da região” (NOGUEIRA, 1955, p. 102). Ainda assim, Nogueira (1955) destacou que não havia um padrão de pensamento, pois, pesquisadores trabalharam na integração de duas ou mais tendências.

Wirth (1973) enfatizou que a perspectiva de inclusão eminente nas Comunidades, bem como a identidade coletivista que se manifesta entre os indivíduos, representa peça chave na compreensão da atração que os pesquisadores da área de Ciências Sociais e Humanas demonstram pelos estudos desse fenômeno. A sinergia presente nas práticas de organização, produção e comercialização dos indivíduos, decorrente do princípio de ajuda mútua, e o convívio comunitário no trato do cotidiano, reforçam a singularidade das comunidades enquanto fenômenos sociais, passíveis de investigação.

Realidade composta por desconhecida diversidade de elementos, que imersos em uma complexa dinâmica de interação, tornam-se ricas fontes de dados para compreensão da constituição, manutenção e reprodução do comportamento humano, social-coletivo, base das pesquisas na área de Estudos Organizacionais.

4 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E FENÔMENOS SUBSTANTIVOS DE COMUNIDADES: PROVOCAÇÕES E APROXIMAÇÕES

Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005, p. 193) apontam que “no Brasil [...] o campo dos estudos organizacionais é dominado pela perspectiva positivista”. Lente teórica limitada (GUERREIRO RAMOS, 1989), cujo alcance limita-se ao entendimento das organizações na seara da homogeneidade (MISOCZKY, 2012). Perspectiva que teria sido reforçada historicamente por pressupostos de um mundo moderno, com princípios constituídos nas bases de perspectivas clássicas da Economia (HOBBSAWM, 2000; PIZZA JUNIOR, 2010).

Visando contribuir com o rompimento da hegemonia teórico-conceitual dominante, Pizza Junior (2010, p. 206) salienta que o conceito de organização deve ser ampliado para “abranger todo tipo de ordenamento individual ou grupal destinado a atividades autogratiscentes ou de caráter beneficente, não necessariamente estruturado de acordo com regras formais”. Analogamente, conforme discute Misoczky (2012), contrapondo o conceito hegemônico de organização, é relevante delimitar que tal conceito reflete um sistema coletivo de produção e reprodução de práticas sociais de vida, guiadas pela liberdade de ação e de expressão, cujo “êxito não é o do meio-fim formal, mas o do pleno desenvolvimento da vida de todos: seu exercício realiza a ação transformadora” (MISOCZKY, 2012, p. 4).

Romper com a lógica científica vigente em Estudos Organizacionais representaria para a área “o desafio de entender a singularidade das práticas organizacionais do país, exercidas em um contexto significativamente diverso daquele onde se constitui a grande maioria dos modelos de gestão aqui adotados” (VIZEU, 2008, p. 17). Desafio que se torna diverso e complexo, na medida em que o meio rural brasileiro é repleto de contextos sociais coletivistas e de manutenção do cotidiano reconhecidos como Formas Não Convencionais de Organização, que, pelas características singulares, em termos de

organização, produção e convívio social, congregam amplas possibilidades de investigação na área de Estudos Organizacionais, como por exemplo; as comunidades de Babaçuais, Quebradeiras de Coco, Fundos de Pastos, Comunidades Tradicionais de Faxinais, Quilombolas, Tribos Indígenas, Aprendizes da Sabedoria como as Benzedeadas e Comunidades Ribeirinhas de Pescadores.

Contudo, a dificuldade encontrada no campo de Estudos Organizacionais, inclusive em relação às perspectivas críticas (MIR; MIR, 2012; MISOCZKY; VECCHIO, 2006), com relação à desconstrução de um núcleo teórico conceitual predominante, torna-se barreira para a promoção de pensamentos científicos reflexivos e livres. O estudo de comunidades organizadas a partir de uma racionalidade substantiva, arraigadas a princípios de convivialidade, produção para subsistência, solidariedade, identidade cultural e tradição, além de práticas sociais, originalmente brasileiras, representantes de agrupamentos, atualmente minoritários, alheios aos contornos impostos pelo pensamento dominante, permitiria a compreensão de modelos de organização, correspondentes à identidade cultural na qual se inserem, sendo reconhecidas como representantes de Formas Não Convencionais de Organização.

Reflexão apresentada por Misoczky e Amantino–de–Andrade (2005, p. 194) ao afirmarem ser de “grande importância a existência de uma produção acadêmica que contribua para o desafio à ordem dominante”, tendo respeitada a individualidade das pessoas envolvidas, bem como; a liberdade de pensamento e ação nas diferentes esferas da Sociedade. Provocação que, na concepção de Misoczky (2006), perpassa ainda, considerando-se o contexto histórico de formação dos povos, pela análise de um fenômeno comum e importante especificamente das populações na América Latina, que seria a organização de movimentos sociais de resistência, destinados à luta por direitos de viver em liberdade.

Portanto, a reordenação científica da área, resgatando o estudo de comunidades tradicionais, atribuiria uma perspectiva que permitiria a articulação

de abordagens teóricas provenientes de diferentes áreas do conhecimento (por exemplo, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia e História, além da própria área de Estudos Organizacionais), tendo em vista a dinamicidade dos movimentos sociais, bem como; a multiplicidade de práticas coletivistas de organização (MISOCZKY; FLORES; SILVA, 2008), reconhecendo, ainda assim, sem ingenuidade ou romantismo científico, a existência de contribuições e também de limitações, decorrentes de cada uma das diferentes áreas do conhecimento, bem como; da integração delas.

4.1 COMUNIDADES E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: O QUE APRENDEMOS COM OS FAXINAIS?

Embora os fenômenos de Comunidades e a área de Estudos Organizacionais tenham vivenciado um distanciamento científico ao longo da história, é passível de reconhecimento que os princípios coletivistas das Comunidades Tradicionais de Faxinais se apresentam como alteridade aos pressupostos da lógica hegemônica do modo capitalista de organização, comum em Estudos Organizacionais, sugerindo ser possível a construção de outras racionalidades organizativas dentro do mundo do capital.

Em razão disto, são apresentadas na sequência algumas premissas organizativas das Comunidades Tradicionais de Faxinais que podem contribuir objetivamente para o campo de Estudos Organizacionais como novas reflexões e premissas teóricas. Esforço cuja inspiração está atrelada ao projeto iniciado por Guerreiro Ramos (1989), que apontou para a necessidade de novas reflexões para a construção de uma Teoria das Organizações abrangente, inclusiva e não ideológica.

Comunidades Tradicionais de Faxinais representam experiência singular de vida comunitária no meio rural na região Sul do país (SCHUSTER, 2010). Construiu-se historicamente uma identidade particular em termos de laços afetivos de convívio e de uso compartilhado do território, em que o ser humano é tomado como essência central das práticas e relações

sociais (LÖWEN SAHR, 2008). Tal entendimento surge em função de suas características específicas, já que, nas comunidades faxinalenses institui-se a preocupação dos membros do grupo com elementos de uma cultura tradicional (SOUZA, 2009). Conforme Lemes e Löwen Sahr (2005, p. 1), orientam-se por uma “racionalidade camponesa autosustentável que permite um equilíbrio socioambiental com baixa inserção no mercado capitalista”.

Portanto, nos contornos históricos de uso da terra no país, Comunidades Tradicionais de Faxinais podem ser percebidas como uma modalidade de organização rural que remonta ao Brasil colonial. Testemunharam o surgimento de uma identidade socioeconômica peculiarmente brasileira, articulando de forma equilibrada a essência coletivista humana e a conservação da natureza (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005). Da mesma forma, essas práticas coletivistas e ecologicamente orientadas reforçam a ideia mencionada por Polanyi (2000) sobre princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, comuns no cotidiano de povos tradicionais.

Como sistema singular, Comunidades Tradicionais de Faxinais apresentam características culturais específicas contribuindo para a fixação do homem no campo e para a conservação do meio ambiente e a manutenção da biodiversidade (OLIVEIRA, 2008). Territórios sustentados pelo uso comum da terra – criadouro comunitário – “espaço que reflete a produção consensuada de práticas sociais internas e laços de solidariedade que caracterizam a gestão coletiva do território” (BERTUSSI, 2010, p. 3). Para tanto, às Comunidades Tradicionais de Faxinais é atribuído o *status* de “manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais” (CAMPIGOTO; BONA, 2009, p. 127) em função das características culturais, sociais e estruturais atribuídas a esse modo peculiar de organização e produção familiar.

Nesse contexto, Comunidades Tradicionais de Faxinais foram marcadas por atividades de produção para subsistência, sendo a mais significativa e singular a prática de criação comunitária de porcos à solta. Por muito tempo o uso coletivo dos criadouros

comunitários representou a principal atividade produtiva dos faxinalenses. Atividade muitas vezes integrada à produção de erva-mate e de pequenas hortas no entorno das residências.

Fisicamente o território está marcado pelas terras de criar, em que os faxinalenses praticam a criação extensiva de porcos. Os animais criados à solta circulam livremente por todo o território comunitário, alimentando-se quase sempre de frutas e da vegetação nativa. Prática percebida inclusive no complemento da alimentação, com a distribuição de milho realizada de forma coletiva. A manutenção das cercas que separam as terras de criar das terras de plantar, áreas de lavouras fora dos territórios faxinalenses, também tem sido feita de forma comunitária por meio dos mutirões.

Nesse sentido, como uma atividade marcada sempre por elementos da coletividade, o espaço simbólico se faz presente na medida em que laços afetivos e relações sociais contribuem para a promoção da vida humana guiada por princípios substantivos de ajuda mútua, harmonia, liberdade, gratidão, convívio coletivo, partilha, doações e de respeito à natureza. Esses fatores compõem as referências sociais para condução do comportamento dos faxinalenses, alinhadas a um conjunto de regras éticas e morais compartilhadas por todos, que corresponderia à personalidade moral vigente nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, dominada por elementos como: Lógica de Não Propriedade, Representantes Comunitários, Segurança, Gestão, Política e Religião e Prática de Mutirão (Puxirão) e Doações entre Membros. Atributos que representam a identidade sociocultural de um povo.

Assim, considerando a necessidade por uma melhor compreensão da atual crise de nossa sociedade, propomos que se olhe com mais cuidado para antigas práticas comunitárias esquecidas, como é o caso das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Ao fazer isso, talvez possamos melhor entender princípios e lógicas desconhecidas pelos filhos do capitalismo, pessoas que conhecem apenas o individualismo como princípio e o mercado como referência central de organização social (POLANYI, 2000). Ou seja, aprender

com Comunidades Tradicionais, consideradas pela maioria das pessoas como primitivas, representaria o caminho para a redescoberta de nosso coletivismo substantivo, perdido com o advento do individualismo moderno (GUERREIRO RAMOS, 1989).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito fomentar o resgate de reflexões conceituais na área de Estudos Organizacionais com visões e perspectivas múltiplas e inclusivas, que respeitam a diversidade social, cultural, econômica, política e ambiental de fenômenos organizacionais substantivos. Diante das reflexões apresentadas, entende-se que as investigações acerca de Comunidades Tradicionais, rurais ou urbanas, representam fenômenos que, em função das características constituintes, tendo a lógica substantiva como guia, torna-se foco de estudos interessados no rompimento do pensamento científico dominante, reflexo da lógica instituída pela Sociedade Moderna.

No Brasil, são encontrados estudos sobre Comunidades Tradicionais, como por exemplo, nas reflexões de Diegues (1997), Guarim (2000), Diegues e Viana (2004) e Brandenburg (2010). Bem como; sobre Comunidades Tradicionais de Faxinais, nos estudos de Chang (1988), Nerone (2000) e Löwen Sahr e Cunha (2005). Contudo, são pesquisas que não estão inseridas na área de Estudos Organizacionais em Administração.

Caracteristicamente, as Comunidades Tradicionais, entendidas com Formas Não Convencionais de Organização, constituem-se por relações sociais dinâmicas e coletivistas, em todas as instâncias de atividades realizadas por seus membros; por formas singulares de organização do modo comunitário de vida, condicionado a princípios e valores, historicamente constituídos, aceitos e compartilhados pelos envolvidos; por práticas próprias e tradicionais de ocupação e manuseio do território, bem como; de cultivo da lavoura e de criação para

subsistência; além da capacidade de articulação para manutenção e defesa de interesses coletivos, visando a proteção e a reprodução de uma identidade comunitária própria (HOCAYEN–DA–SILVA; VIZEU; SEIFERT, 2016).

Assim, assume-se a necessidade de rompimento com o pensamento científico alinhado à perspectiva hegemônica do modelo de gestão dominante. Pensamento cujos pressupostos impõem limites às riquezas sociais e culturais, advindas da multiplicidade de saberes e práticas tradicionais singulares, recorrentes nos contextos dos fenômenos substantivos de comunidades, na medida em que defendem a generalização de ideias e pensamentos, direcionados à manutenção de sua lógica utilitarista.

A investigação de comunidades tradicionais representaria uma mudança de abordagem nos estudos sobre organizações substantivas, pelo menos como estes vêm ocorrendo nos últimos anos. Desde o texto seminal de Alberto Guerreiro Ramos em 1989, organizações substantivas são tipos organizacionais amplamente estudados no Brasil. Os estudos desse autor têm por principal referência a crítica à hegemonia da racionalidade instrumental como referência articuladora da atividade organizativa, algo que está historicamente vinculado à emergência do *Management* como prática fundamental da vida social na modernidade (VIZEU, 2010).

Por conta disso, a proposta de Guerreiro Ramos (1989) para uma nova referência à teoria organizacional foi fundamentada no conceito weberiano de racionalidade substantiva, orientada para valores. Dessa nova referência teórica se consolidaram no Brasil estudos que intentam verificar manifestações organizacionais fundamentadas em uma lógica substantiva de orientação para a ação social, especialmente a partir do trabalho de doutoramento do pesquisador Maurício Serva em 1996 e de seus estudos subseqüentes sobre as denominadas Organizações Substantivas³.

³ "Organizações substantivas são organizações produtivas nas quais predomina a racionalidade substantiva em seus processos administrativo-organizacionais e, que contêm o ideal da emancipação do homem entre suas finalidades e práticas concretas" (SERVA, 1996, p. 276).

Mesmo assim, estudos sobre organizações substantivas têm se omitido quanto à investigação de formas de resistência ao modelo dominante de organização nos espaços marginais aos contextos urbanos e industriais, centrais na Sociedade de Mercado. Neste sentido, as manifestações populares, de ordem tradicional, como as Comunidades Faxinalenses, Quilombolas e Benzedeiras, são desconsideradas como formas de organização legítimas e capazes de ofertar um modelo de organização para o trabalho e a vida social conformado com a racionalidade substantiva.

Portanto, reconhecidamente as comunidades tradicionais podem ser percebidas como uma expressão de resistência ao modelo capitalista, e podem ser reconhecidas como espaços sociais para manifestações de lógicas alternativas ao modelo organizacional dominante. Considerando o argumento de Guerreiro Ramos (1989), de que se faz necessária uma nova referência em estudos sociais para pensar formas de organização da vida humana associada, as Comunidades Tradicionais de Faxinais se configurariam como um contexto diferenciado, justamente por se fundamentarem em práticas e princípios tradicionais, alinhados a valores humanos e princípios históricos culturais.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Chamada Universal MCTI/CNPq nº 01/2016.

REFERÊNCIAS

ARENSBERG, C. M.; KIMBALL, S. T. O método do estudo de comunidade. *In*: FLORESTAN, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional e Ed. da USP, 1973.

BERTUSSI, M. L. **Liberdade para criar**: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de Faxinal do Paraná. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 417–428, jul./dez. 2010.

CAMPIGOTO, J. A.; BONA, A. N. A hermenêutica e a origem dos faxinais. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 127–153, Inverno, 2009.

CARVALHO, V.; SOUZA, W. J. Racionalidade Substantiva em Organizações Voluntárias: o caso da Pastoral da Criança em Natal. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais** [...]. Campinas, 2003.

CAZENEUVE, J.; AKON, A. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Verbo, 1982.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. (Boletim Técnico, 22).

DIEGUES, A. C. **Deforestation and livelihoods in the Brazilian Amazon**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1997.

DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2004.

FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional e Ed. da USP, 1973.

FERRATER MORA, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Loyola, 2000.

- GUARIM, V. L. M. S. Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais. *In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO–ECONÔMICOS DO PANTANAL*, 3., 2000, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- HILLERY, G. A. Definitions of community: areas of agreement. *In: HILLERY, G. A. A research odyssey: developing and testing a community theory*. New Jersey: Rutgers, 1982.
- HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- HOCAYEN–DA–SILVA, A. J.; VIZEU, F.; SEIFERT, R. E. Formas não convencionais de organização na América Latina: reflexões acerca do discurso de desenvolvimento no modo de vida dos faxinais. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, dez. 2016.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Edição 34, 2003.
- HUTCHINSON, H. W. Comunidades e fazendas. **Sociologia**, São Paulo, v. XX, n. 2, p. 204–221, maio 1958.
- IANNI, O. Estudo de comunidade e conhecimento científico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 9, n. 1–2, p. 109–119, jun./dez. 1961.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LÖWEN SAHR, C. L. Faxinalenses: populações tradicionais no bioma da mata com Araucária. *In: SOUZA, R. M.; BERTUSSI, M. L. Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais*. Irati, 05 e 06 de agosto de 2005. Irati: IAP, 2005.
- LÖWEN SAHR, C. L. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 213–226, jul./dez. 2008.
- LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com Araucária no Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89–104, 2005.
- MIR, R.; MIR, A. The colony writes back: organization as an early champion of non–Western organizational theory. **Organization**, v. 20, n. 1, p. 91–101, 2012.
- MISOCZKY, M. C. Rememorando a Organização e Práxis dos Centros Populares de Cultura. *In: EnEO*, 6., 2012, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2012.
- MISOCZKY, M. C. Voices of dissent and the organization of struggles and resistances. **Ephemera** (Online), Reino Unido, v. 6, n. 3, p. 224–239, 2006.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO–DE–ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 193–212, 2005.
- MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? para onde vamos?. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1–14, 2008.
- MISOCZKY, M. C.; VECCHIO, R. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, p. 1–14, 2006.
- MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL**,

Revista do Prog. de Pós. em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 105–125, 2011.

MOREIRA, M. S. F. O estudo sociológico de comunidades. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 11, n. 1–2, p. 29–39, Jun./Dez., 1963.

NERONE, M. M. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950–1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2000.

NOGUEIRA, O. Os estudos de comunidades no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 95–103, dez., 1955.

OLIVEIRA, D. A. de. Faxinais no município de Prudentópolis – PR: perspectivas históricas. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH/PR, 11., 2008, Jacarezinho **Anais** [...]. Jacarezinho, 2008.

OLIVEIRA, N. S.; MAIO, M. C. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), Brasília, v. 26, p. 521–550, 2011.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PACHECO, E. N. Racionalidade substantiva na administração pública: estudo de caso na sede administrativa da Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT. *In*: CONGRESSO ONLINE DE ADMINISTRAÇÃO, 8., 2011. **Anais** [...]. CONVIBRA, 2011.

PIZZA JUNIOR, W. Guerreiro Ramos, administração e ciências sociais. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 201–208, jan./mar., 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REISS JR., A. J. Focos teóricos do estudo de comunidade na sociologia. *In*: FERNANDES, F.

Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional e Ed. da USP, 1973.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHUSTER, W. T. **A formação dos Faxinais na região Centro Sul do Paraná**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36–43, mar./abr. 1993.

SERVA, M. R. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. 1996. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas – EAESP, São Paulo.

SILVEIRA, V. N. S. Racionalidade e organização: as múltiplas faces do enigma. **RAC – Revista de Administração Contemporânea (Impresso)**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 1107–1130, 2008.

SJOBORG, G. Comunidade (Community). *In*: SILVA, B. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOUZA, R. M. Fronteiras e passagens: a construção da identidade faxinalense. *In*: SEMIN. NAC. SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 1., 2009. **Anais** [...]. Curitiba, 2009.

SOUZA, W. J.; LINS, N. M. A. B. Contornos da Isonomia: Articulação de Elementos de Racionalidade na Gestão de uma ONG. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE

PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ENANPAD, 2006.

VIZEU, F. (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do *Management*. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 780–797, 2010.

VIZEU, F. Contribuições da sociologia da dádiva aos estudos sobre organizações substantivas. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, p. 409–427, Jul./Set., 2009.

VIZEU, F. **Management no Brasil em perspectiva histórica**: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940. 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo.

WAGLEY, C. Estudos de comunidades no Brasil sob perspectiva nacional. **Sociologia**, São Paulo, v. XVI, n. 2, p. 3–22, Maio, 1954.

WILLEMS, E. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Globo, 1950.

WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. *In*: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional e Ed. da USP, 1973.

Recebido em: 13/04/2020

Aceito em: 02/06/2020